

*Artigo

Direitos humanos na ponta da língua

Há mais de 60 anos, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada e uma nova página na história da humanidade começava a ser escrita. Mas o que era este documento e por que ele era necessário? Em um mundo que havia acabado de passar por duas guerras mundiais, o medo de um novo derramamento de sangue tomou conta de todos os países, especialmente os que se envolveram diretamente com a guerra. O objetivo, então, era claro: tomar medidas para que isso fosse evitado a todo custo.

Com o objetivo principal de evitar que barbaridades, como as que ocorreram na Segunda Guerra Mundial, fossem praticadas novamente, este documento é um conjunto de direitos aos quais qualquer pessoa pode recorrer, independentemente de sua nacionalidade, religião ou etnia, por exemplo, buscando a defesa da igualdade e da dignidade das pessoas. Além disso, a Declaração diz, claramente, que todo ser humano possui o direito ao trabalho, à saúde, à liberdade e à educação, por exemplo. A aprovação deste documento por parte dos povos ao redor do mundo foi clara logo nos primeiros anos após ter entrado em vigor, pois sua importância política e frequente utilização fizeram, por exemplo, com que se tornasse um dos textos mais traduzidos do mundo.

Os direitos garantidos pela Declaração não podem ser infringidos por quaisquer medidas judiciais, ou seja, nenhuma lei ou decisão governamental pode retirar estes direitos de um cidadão. Estes direitos são essenciais para o convívio pacífico internacional, pois asseguram que todo e qualquer indivíduo será tratado de forma respeitosa e digna, onde quer que vá, independente de seu país de origem, de sua etnia, de seu idioma, de seu gênero ou de quaisquer outros motivos (sejam eles políticos ou religiosos, por exemplo).

No entanto, deve haver um acordo entre o governo de um país e os direitos garantidos pela Declaração. No Brasil, por exemplo, a Constituição de 1988 afirma que os direitos garantidos pela Declaração são encarados como cláusulas pétreas (ou seja, são decisões judiciais que não podem ser modificadas ou abolidas por meio de emendas constitucionais de qualquer tipo). A importância também encontra-se no fato de que, caso a Declaração seja interpretada de forma isolada, existe a possibilidade de que surjam interpretações duvidosas e que gerem oportunidades para que pessoas mal-intencionadas se aproveitem de tal falha para fugir de uma determinação judicial, por exemplo. Por razões como estas, os ideais defendidos pelos Direitos Humanos devem reforçados pelas leis de um país a fim de que direitos, garantidos internacionalmente, não sejam desrespeitados.

Para que o objetivo dos Direitos Humanos seja atingido, ainda que apresente-se como um documento praticamente imune à interpretações ambíguas, possíveis, ainda que não intencionais, desrespeitos aos direitos mais básicos do ser humano devem ser encarados como fatores preocupantes no que diz respeito à aplicação plena e imparcial (ou, ao menos, justa). Há muitas discussões no que diz respeito à eficácia das aplicação dos Direitos Humanos em regiões em guerra ou até mesmo como a incompetência governamental que gera condições de subsistência no próprio Brasil, especialmente no Nordeste. Ainda assim, a ONU, os governos locais e diversas ONGs trabalham para que uma mensagem seja passada com clareza: o menor sinal de desrespeito a estes direitos representa um imenso sinal de desrespeito à vida.

Hugo Medeiros

*Curtas

Melhores condições de estudo em escola de Barra do Bugres

A Escola Municipal de Souza Daniel, já a cerca de 15 dias vem passando por uma grande reforma estrutural e ampliações. Em todos os ambientes da escola os pedreiros trabalham duro na reforma das paredes, forro, telhado, piso, pintura e instalações elétricas e também na construção de dois banheiros, masculino e feminino. “Já estamos aqui há cerca de 22 dias nessa reforma”, disse um dos encarregados. A Escola Silvana de Souza Daniel possui uma área que está sendo reformada de 705 metros quadrados e o total da obra de construção e reforma está orçada em R\$173 mil, com término previsto de entrega em meados de março deste ano. “Estamos procurando manter a segurança estrutural das escolas municipais, com isso os alunos, seus pais e os funcionários que trabalham naquela instituição de ensino terão maior tranquilidade em um ambiente onde deve reinar o estudo e aprendizado aos alunos”, afirmou Julio Florindo, prefeito de Barra do Bugres.



Estágio

O Ministério Público estadual lançou edital de seleção e credenciamento com a finalidade de preencher 120 vagas para estudantes de direito a partir do 5º semestre. As inscrições vão até a próxima sexta-feira (30) e a taxa é de R\$ 20. A prova deverá ser realizada simultaneamente nas comarcas no dia 08 de outubro.

Editorial

O candidato deverá apresentar no ato da inscrição um requerimento, conforme modelo disponibilizado no edital, além da cédula de identidade, duas fotografias recentes, atestado de matrícula, como também o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. A jornada de trabalho de estagiário é de 25 horas semanais.

Orquídea

Pesquisadores do laboratório de botânica da Unemat, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), anunciaram a descoberta de uma nova espécie de orquídea em Mato Grosso. Outra espécie que nunca havia sido coletada no Brasil também foi registrada no estado.

Vaga

A UFMT oferece uma vaga para professor substituto do Instituto de Ciências Naturais, Humanas e Sociais, no campus de Sinop nas áreas de química geral/ensino de química. Os candidatos devem ter graduação em qualquer área de conhecimento e disponibilidade para trabalhar em regime de 40 horas semanais, nos três períodos.

*Bastidores da Política

Arena

O governador Pedro Taques (PDT) admitiu, que o Estado não tem condições financeiras, tampouco profissionais habilitados, para administrar a Arena Pantanal, o estádio de Cuiabá que sediou quatro jogos da Copa do Mundo de 2014. Embora ainda não confirme essa tendência, a afirmação do governador sinaliza para a possibilidade de concessão do estádio à iniciativa privada.

Conhecimento

Ele lembrou, inclusive, que esse processo já foi iniciado na gestão passada, sob o comando de Silval Barbosa (PMDB), mas que, por hora, o processo encontra-se suspenso. Um estudo elaborado pela então Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa) estima gastos mensais de R\$ 800 mil para a do estádio. O Governo tem mantido conversas com responsáveis por outras arenas do país, para adquirir um conhecimento.

Prioridades

Secretários de Estado e técnicos das secretarias e instituições do governo definiram as ações prioritárias a serem executadas na área de gestão para alcançar a eficiência na prestação do serviço público e o equilíbrio fiscal. As discussões foram realizadas durante a segunda oficina coordenada pela Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) e marcaram o início do mapeamento estratégico do Estado.

Processo

O deputado federal Ezequiel Fonseca (PP), escolhido nesta semana o novo líder da bancada mato-grossense em Brasília, é um dos três parlamentares do Estado com mandato na Câmara Federal que responde a processos criminais na Justiça. Ao todo, a bancada conta com oito deputados e, além de Fonseca, também respondem a processos os deputados Carlos Bezerra (reeleito pelo PMDB) e Adilton Sachetti (PSB).

Denúncia

A ação a qual o parlamentar responde foi movida pelo Ministério Público Federal, que denunciou, em 2008, mais dez ex-prefeitos mato-grossenses e 34 servidores públicos municipais por envolvimento com a máfia das sanguessugas. Fonseca foi prefeito, por duas vezes, do município de Reserva do Cabaçal (387 km a Oeste de Cuiabá).

Sanguessuga

A Operação Sangue-Suga revelou a existência de um esquema de desvios de recursos provenientes de emendas parlamentares direcionadas para a área da Saúde, em especial para compra de ambulâncias e equipamentos. Cabia aos ex-chefes do Executivo Municipal montar e fraudar procedimentos de licitações, direcionando o resultado em favor de empresas ligadas ao grupo criminoso.

Crimes

Os crimes de fraude a licitações, contra a Administração Pública e de lavagem de dinheiro foram praticados em quase todos os Estados brasileiros, durante aproximadamente cinco anos. Além desse processo, que corre no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o deputado Ezequiel Fonseca responde a outros processos cíveis, em primeira e segunda instâncias, no Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Novo Líder

O governador Pedro Taques (PDT) vai encaminhar à Assembleia Legislativa, após o Carnaval, a proposta de reforma da Administração Pública Estadual. Além disso, ele vai anunciar o nome do novo líder do Governo no Poder Legislativo. As mudanças na estrutura do Governo foram elaboradas por uma comissão liderada pelo secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques.



Dívida deixada por Silval é de R\$ 1,4 bilhão

O governador Pedro Taques (PDT) revelou que o Estado tem mais de R\$ 1,4 bilhão em dívidas a pagar e que deixadas pela gestão anterior, do peemedebista Silval Barbosa. Segundo Taques, o ex-governador baixou um decreto, nas últimas semanas de mandato, suspendendo o pagamento de todas as dívidas e deixando a conta para o Governo posterior.

“Nós temos de restos a pagar quase R\$ 1,4 bilhão. São bens e serviços fornecidos para o Estado e que não foram pagos. Foi editado um decreto pelo governador Silval Barbosa, que suspendeu os pagamentos de alguns restos a pagar. Nós estamos discutindo o que vamos fazer com essa dívida”, disse.

Taqués afirmou que o decreto de número 04, assinado por ele no dia 2 de janeiro e que suspende todos os pagamentos de contratos do Governo por 90 dias, busca justamente a recomposição do equilíbrio financeiro-orçamentário da administração pública. Mesmo com a dívida considerada elevada e um orçamento de pouco mais de R\$ 13 bilhões, sendo quase R\$ 8 bilhões destinados ao pagamento de folha, o governador disse que espera equilibrar a conta ainda neste ano.